

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

05 de maio de 2017 | Número 048

BOLETIM INFORMATIVO



FETEC CUT
Centro Norte

Greve geral altera agenda da retirada de direitos

Em reunião com centrais sindicais, Renan Calheiros parabeniza a força do dia 28 de abril

Luciana Waclawovsky



Leonardo Prado

Com o objetivo de barrar as reformas que pretendem dar fim aos direitos trabalhistas e previdenciários da classe trabalhadora, representantes das principais centrais sindicais foram recebidos na tarde desta quarta-feira (03) pelo senador Renan Calheiros na sala da liderança do PMDB no senado, em Brasília/DF. A agenda, solicitada pelo presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, foi uma resposta imediata ao vitorioso resultado da greve geral que fez mais de 40 milhões de trabalhadores cruzarem os braços em todo o país.

"Quero cumprimentá-los pelo que aconteceu na última sexta-feira (28) ... o senado, como todos sabem, é uma casa complexa mas o processo legislativo não tem como caminhar se não com os ouvidos colados nas ruas", analisou Calheiros. Segundo ele, não se pode deixar de discutir mudanças, reformas ou transformações, "mas para fazer isso, em primeiro lugar, é preciso ouvir o povo, os trabalhadores" e completou: "é evidente que na medida em que houver mobilização teremos o reflexo disso aqui no senado".

O senador também criticou pontos dos projetos, "como se viu na terceirização, inclusive na atividade fim, a reforma trabalhista que revoga a CLT e uma reforma previdenciária que é contra os trabalhadores e as regiões mais pobres da Federação". Ele ainda destacou a discussão sobre o fim da contribuição sindical: "Como é que você acaba com a contribuição sindical e mantém a contribuição patronal via Sistema S? A quem interessa isso?", questionou.

Renan Calheiros ressaltou, ainda, a importância das mobilizações e se colocou à disposição para encaminhar propostas consensuais: "se for necessário nós vamos conversar com quem for. Os trabalhadores precisam ser ouvidos e não podemos permitir que esse desmonte se faça no calendário que essa gente quer". O senador comparou o que está acontecendo hoje no país com o período do presidente Artur Bernardes (1922 a 1926), considerado o governo da vingança: "no século 21 isso não pode mais se repetir no Brasil".

Presente ao encontro, o senador Roberto Requião (PMDB/PR) disse a todos que existe no senado uma base de resistência, que, segundo ele, "é capaz de segurar essa parada". Para a senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), é fundamental que em um processo como esse tenha a sociedade presente, "que possa ter gente dentro do parlamento, aqui é a casa do povo. Com isso a gente consegue fazer uma boa discussão e mostrar a sociedade o que está em jogo aqui entre os direitos da população, dos trabalhadores, desenvolvimento do país e interesse de um pequeno grupo", ressaltou.

Para o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, o recado das ruas foi um sinal de alerta aos congressistas aliados ao governo ilegítimo de Michel Temer. "A adesão dos ramos e categorias à greve geral mostrou ao país todo que quem votar nessas reformas não volta a ocupar um cargo no legislativo". Freitas destacou as reprovações a essas medidas, confirmadas por meio de pesquisas de instituto de opinião pública. "Mais de 70% dos trabalhadores entrevistados são absolutamente contra todas essas reformas. Essa é uma pauta impopular e a sociedade está sendo aviltada com esses projetos sendo votados a toque de caixa".

Segundo o dirigente, esse governo está promovendo um estelionato eleitoral porque não foi eleito para realizar nenhuma dessas reformas propostas, "por isso a CUT propõe a retirada dos dois projetos (trabalhista e previdenciário) e eleições diretas para que o povo decida a proposta de governo que deverá promover as mudanças necessárias para o crescimento e desenvolvimento do Brasil".

O presidente da CUT destaca, ainda, que a mobilização é necessária para reverter esses retrocessos: "é imprescindível a manutenção das ações no municípios e bases dos parlamentares para que eles não votem contra a classe trabalhadora, a presença dos dirigentes de 08 a 12 de maio em Brasília para pressionar os parlamentares e também a ocupação da Capital Federal entre os dias 15 a 19 de maio, quando será votada a reforma da previdência do plenário da Câmara."

Participaram da reunião as senadoras Lídice da Mata (PSB/BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) e os senadores Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Lindberg Farias (PT/RJ), Paulo Rocha (PT/PA), Paulo Paim (PT/RS) e o deputado Orlando Silva (PCdoB/SP).

<http://cut.org.br/noticias/greve-geral-altera-agenda-da-retirada-de-direitos-b686/>

Leia também:

Greve geral ficará na história

<http://cut.org.br/noticias/greve-geral-ficara-para-historia-mas-reformas-ainda-ameacam-1115/>

Veja o vídeo da greve geral

https://www.facebook.com/brasildefato/?hc_ref=NEWSFEED&fref=nf



"Reformas": Autoritarismo e retrocesso

Temer não se importa com sua popularidade e parece ter aceito a tarefa a ele confiada pelos representantes do financismo e dos grandes meios de comunicação

Paulo Kliass



A insistência do governo Temer em levar à frente sua agenda de retrocesso social parece ter finalmente encontrado um obstáculo em seu caminho. Consolidou-se uma resistência ampla e organizada a tais medidas, dirigida pelo movimento sindical de forma unitária e por um conjunto amplo de setores descontentes com o rumo dado ao País pelo grupo que se instalou no comando da Esplanada após o processo do golpeachment.

Ao que tudo indica, aquele que foi eleito como vice-presidente em 2014 não se preocupa mesmo com seus baixíssimos índices de popularidade. Parece que teria aceito, entre resignado e orgulhosos, a tarefa que lhe foi confiada pelos representantes do financismo e dos grandes meios de comunicação. As classes dominantes exigem dele ações com o intuito de promover a verdadeira liquidação daquilo que ainda resta de um arremedo de Estado de Bem Estar Social em nosso País. Consumado o afastamento definitivo de Dilma Rousseff, entrou em campo a montagem de uma estratégia de fazer terra arrasada da experiência iniciada em 2003. Além disso, o comitê central dos chamados "formadores de opinião" resolveu que a nossa Constituição não cabe mais em nosso Orçamento. E ponto final! Assim, a única solução possível seria aproveitar a generosa disponibilidade oferecida pelo presidente interino para promover a eliminação dos dispositivos mais significativos aprovados pelos constituintes em 1988. As garantias de direitos sociais básicos devem ser retiradas para que se consolide o processo generalizado de mercantilização de nossa economia e a máxima já anacrônica do Estado mínimo deve ser transformada urgentemente em política orientadora do governo. Esse é o mote norteador do retrocesso, pisando forte no acelerador para tentar fazer o estrago o mais rápido possível. Afinal, 2018 é ano de eleições e os congressistas - por mais servis que sejam - não podem abusar tanto das medidas impopulares.

Sucesso da greve e fissuras na base aliada

No entanto, por mais que o governo tenha tentado passar a imagem de solidez, austeridade e inflexibilidade, a sua situação político-parlamentar começa a se agravar e a base aliada apresenta os seus primeiros sintomas de desmantelamento. Por um lado, vozes importantes no Senado Federal alertam para a necessidade de mudanças no projeto de desconstrução da CLT, tal como ela foi aprovada na Câmara dos Deputados recentemente. Por outro lado, são perceptíveis as movimentações para redução das maldades no Projeto de Reforma Previdenciária, antes mesmo da votação do Parecer do relator na Comissão Especial da Câmara. As alternativas de configuração final do processo dessas 2 propostas que são a espinha dorsal - a razão mesma de existir do governo Temer - permanecem cada vez mais no campo das incógnitas. Desde um recuo total e abandono dos projetos originais até a votação de propostas tal como nas versões atenuadas que circulam atualmente nos corredores do parlamento, o fato é que a missão inicial de desmonte integral está fadada ao fracasso. Apesar disso, alguns analistas ainda lançam mão da analogia com a estratégia do "bode na sala" para considerar que qualquer mudança que seja aprovada ainda pode ser avaliada como uma vitória de Temer. Ainda é cedo demais para arriscar qualquer balanço, uma vez que o jogo ainda está totalmente aberto e o governo conta com instrumentos de muita capacidade de "sedução" no interior da base aliada. Conhecemos muito bem a capacidade de influência da caneta e das verbas quando se trata de

inverter votos e tendências no bloco do fisiologismo.

No entanto, parece inegável o fato de que a jornada de 28 de abril mudou a qualidade da movimentação política no País. O sucesso da greve geral e as perspectivas que se abriram a partir de então para as forças progressistas devem influenciar na dinâmica dos próximos passos para todos os atores envolvidos na disputa. O governo apostou no isolamento político do amplo movimento coordenado de forma unitária pelo conjunto das centrais sindicais. E considerou que bastava a cumplicidade dos grandes meios de comunicação para que se consolidasse na opinião pública a sua versão da narrativa que buscava qualificar o dia histórico como sendo sinônimo de fracasso, bagunça, agitadores e vagabundagem.

Banqueiro pede repressão

Enquanto o movimento se articulava e ia para as ruas demonstrar sua indignação com as reformas trabalhista e previdenciária, a elite do financismo se resguardava nos escritórios e nas associações de classe para repetir o mantra por demais conhecido. Sempre a mesma ladainha para denunciar a ruptura do direito de ir e vir, o caos no sistema de transporte e as perdas econômicas provocadas pela irresponsabilidade dos sindicalistas. A amplitude e a profundidade da paralisação surpreenderam a todos, fazendo com que o governo lançasse mão da repressão policial explícita e violenta, em sua busca desesperada de contenção da greve.

Com isso, a sociedade brasileira parecia ter retornado aos tempos nada saudosos da ditadura militar, quando o lema condutor da ação do Estado era de que toda e qualquer greve fosse tratada como assunto de polícia. E o mais impressionante é que integrantes da elite das classes dominantes tenham recuperado esse triste passado e tenham incorporado tal orientação a respeito da conduta da repressão violenta perpetrada pelas forças policiais. O ex presidente do Banco Central, Gustavo Franco, saiu-se com a seguinte pérola ao avaliar a ação contra a greve:

(...) "Nenhuma boquinha terminou no Brasil sem certa dose de esperneio e gás lacrimogêneo. A sexta-feira que passou foi dedicada a isso. Vida que segue" (...)

Esse é o banqueiro que não nega sua origem e tampouco os interesses de classe que defende. Pouco importa que a grande maioria da população brasileira já tenha se manifestado contra as mudanças que retiram direitos. Pouco importa que os integrantes do topo de nossa pirâmide da desigualdade socioeconômica não tenham sido chamados a dar um mínimo sequer de seus escandalosos ganhos para a busca do tal do equilíbrio fiscal. O que é relevante é a tentativa de desqualificar o amplo movimento como sendo coisa de um bando de sindicalistas que não querem perder seus privilégios. Para tanto, vale tudo: a repressão desenfreada, a prisão arbitrária e até os ferimentos graves. Esse é conceito de democracia para essa gente que despreza a efetiva participação do povo no processo político e social. São os mesmos que reclamavam dos aeroportos transformados em rodoviárias, que bradavam contra os altos custos do trabalho doméstico com a inclusão de direitos trabalhistas e previdenciários, que vociferavam contra a máquina de vagabundagem operada por benefícios como Bolsa Família. Enfim, são os mesmos que se locupletam com os 8% do PIB retirados do Orçamento da União e que são dirigidos ao financismo a título de pagamento dos juros da dívida pública. São os mesmos que vibram com o potencial do uso generalizado da terceirização da mão de obra. São os mesmos também que brilham os próprios olhos com a possibilidade de se considerar moradia e alimentação como forma de remuneração do trabalho no campo, a exemplo do que se caracteriza o regime de escravidão. Contra o autoritarismo e o retrocesso, o único caminho é o da mobilização e da unidade. Caso o governo siga insistindo em sua estratégia de confronto, a tendência é da ampliação da solidariedade da população com o movimento. Se Temer não recuar, a única certeza é que novas jornadas virão.

**Doutor em Economia pela Universidade de Paris 10 e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, carreira do governo federal.*

<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FPolitica%2F-Reformas-Autoritarismo-e-retrocesso%2F4%2F38053>

NOTA DAS CENTRAIS SINDICAIS CONTINUAR E AMPLIAR A MOBILIZAÇÃO CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS!

As Centrais Sindicais, reunidas na tarde desta quinta feira, avaliaram a Greve Geral do dia 28 de abril como a maior mobilização da classe trabalhadora brasileira. Os trabalhadores demonstraram sua disposição em combater o desmonte da Previdência social, dos Direitos trabalhistas e das Organizações sindicais de trabalhadores.

A forte paralisação teve adesão nas fábricas, escolas, órgãos públicos, bancos, transportes urbanos, portos e outros setores da economia e teve o apoio de entidades da sociedade civil como a CNBB, a OAB, o Ministério Público do Trabalho, associações de magistrados e advogados trabalhistas, além do enorme apoio e simpatia da população, desde as grandes capitais até pequenas cidades do interior.

As Centrais Sindicais também reafirmaram sua disposição de luta em defesa dos direitos e definiram um calendário para continuidade e ampliação das mobilizações.

CALENDÁRIO DE LUTA

08 a 12 de maio de 2017

- Comitativa permanente de dirigentes sindicais no Congresso Nacional para pressionar os deputados e senadores e também atividades em suas bases eleitorais para que votem contra a retirada de direitos;
- Atividades na base sindicais e nas ruas para continuar e aprofundar o debate com os trabalhadores e a população, sobre os efeitos negativos para a toda sociedade e para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Do dia 15 ao dia 19 de maio:

- Ocupa Brasília: conclamamos toda a sociedade brasileira, as diversas categorias de trabalhadores do campo e da cidade, os movimentos sociais e de cultura, a ocuparem Brasília para reiterar que a população brasileira é frontalmente contra a aprovação da Reforma da previdência, da Reforma Trabalhista e de toda e qualquer retirada de direitos;
- Marcha para Brasília: em conjunto com as organizações sindicais e sociais de todo o país, realizar uma grande manifestação em Brasília contra a retirada de direitos.

Se isso ainda não bastar, as Centrais Sindicais assumem o compromisso de organizar um movimento ainda mais forte do que foi o 28 de abril. Por fim, as Centrais Sindicais aqui reunidas convocam todos os Sindicatos de trabalhadores do Brasil para mobilizarem suas categorias para esse calendário de lutas.

São Paulo, 04 de maio de 2017.

CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
 CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros
 CSP Conlutas – Central Sindical e Popular
 CTB – Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 Força Sindical
 Intersindical – Central da Classe Trabalhadora
 NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores
 UGT – União Geral dos Trabalhadores

Opinião

É preciso falar sobre a reforma trabalhista

Beatriz Cerqueira



Deputados de partidos de oposição ao governo tentam adiar a votação em plenário da reforma trabalhista / Antonio Cruz / Agência Brasil

Durante um tempo, encontrávamos com a atendente de lanchonete com a barriga cada vez maior. Estava grávida. O natural seria que parássemos de vê-la por, no mínimo, quatro meses. Mas, logo após o nascimento da criança, ela voltou ao trabalho. Quando foi questionada por uma colega nossa respondeu que não poderia ficar sem o emprego. Não poderia ficar quatro meses "afastada".

Um amigo, ao entrar numa loja que vende eletrodomésticos, descobriu que a vendedora não tinha salário. Sua renda dependia, exclusivamente, da comissão do que ela conseguisse vender, mesmo que as condições de pagamento e o preço cobrado pelo produto não dependessem dela. Em síntese, ela não tem salários mas se não estiver satisfeita, "só pedir para sair". Em um banheiro de aeroporto, presenciei a conversa entre uma auxiliar de limpeza e uma funcionária do estacionamento. Uma delas contava do revezamento que a família estava fazendo para acompanhar alguém da família que estava doente e internado. Dizia da dificuldade que era quando a sua vez não caía num dia de folga: a empresa não aceitava atestado médico. E ainda dava advertência.

Durante uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho, conheci rapazes com 18 anos que eram contratados por empreiteiras no Norte de Minas Gerais. Abandonavam a escola para trabalharem na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Contaram que parte do salário não vinha no contracheque, "era pago por fora". Que cada um fazia sua própria comida, que era consumida, em geral, após as 15 horas, na rua mesmo. E não eram raras as vezes em que a comida já estava azeda. Quando iam completar um ano de trabalho na empresa, a "casa falia" e eram recontratados por outra empresa. A situação se repetia e ficavam anos sem férias e outros direitos.

Na Assembleia Legislativa de Minas Gerais já presenciei trabalhadores que continuavam prestando serviço sem saber quem era o patrão, uma vez que o contrato da terceirizada havia terminado. Atrasos ou mesmo não pagamento de direitos e benefícios também são comuns por lá.

Todos esses exemplos aconteceram na capital mineira.

No dia 26 de abril, deputados federais aprovaram a Reforma Trabalhista alterando mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Votaram desconhecendo a realidade do trabalhador e da trabalhadora brasileira! Votaram sem conhecer a vida dessas pessoas que citei e de outros milhares em situações semelhantes ou piores. Criaram um falso discurso de modernidade e de ataque ao movimento sindical, reduzindo a questão à cobrança de imposto sindical.

A ideia de que, agora, os trabalhadores estarão "livres" para negociarem suas condições de trabalho está bem exemplificada em cada uma das vivências que citei. A atendente abre mão da licença maternidade porque sabe que, se sair, não volta. O trabalhador se submete às regras da empreiteira, porque sabe que todas agem livremente dessa forma. É isso ou ficar sem emprego.

Mas, eu ainda cito mais um exemplo mineiro de negociado prevalecendo em relação à legislação. Recentemente um Jornal queria reduzir salários. O sindicato não concordou. O Jornal chamou individualmente cada trabalhador dando a ele duas opções: redução ou demissão. Essa é a liberdade de negociar, num país que beira os 14,2 milhões de desempregados.

Sindicato sério não tem nenhum problema em debater seu financiamento. Mas, reduzir a reforma trabalhista a esse tema, é uma grande manipulação para isolar a resistência, que os sindicatos têm o legítimo direito de fazer, ao que está sendo votado. Aliás, deveríamos debater tudo: financiamento dos sindicatos, financiamento das entidades patronais, recursos públicos para o Sistema "S". Se compararmos o tempo destinado pelos meios de comunicação à defesa da reforma versus as críticas à mesma, ficaríamos assustados com a ausência de espaço para o contraditório. A campanha pela aprovação da reforma não se resumiu à publicidade do governo, mas a um aparato econômico envolvendo empresários, políticos e seus financiadores e grande parte da mídia. Não houve equidade num debate de tamanha importância. Um país sério debateria tudo, mas esta reforma foi aprovada sem debate com a sociedade, em tempo recorde, destruindo mais de 70 anos de acúmulo no Direito do Trabalhador.

Os reflexos disso serão sentidos nas relações de trabalho, nas quais agora haverá a suposta "liberdade". Tratam de modo igual aqueles que são desiguais. O trabalhador é detentor da sua força de trabalho, o patrão é detentor do poder econômico. Há equilíbrio nesta relação? Fragilizar sindicato não tem nada a ver com imposto sindical, como afirmam comentaristas de rádio e TV muito bem remunerados para dizerem isso. Tem a ver com impedir a capacidade de reação organizada do trabalhador diante da precarização das suas condições de trabalho.

O indivíduo não tem capacidade de pressão, o coletivo tem!

Não foi aleatório que, na reforma trabalhista, o acordo individual passa a ter mais força. Individualmente o trabalhador vai negociar sobre jornada de trabalho (possibilita a compensação das horas extras por meio de redução de jornada, ou seja, por um "banco de horas" individual); a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, que poderá ser realizada em ambientes insalubres sem necessidade de licença de autoridade responsável e poderá ser sem os intervalos para repouso e alimentação, entre outros pontos. A Reforma aprovada ainda estabelece ou fortalece formas de contratação e de demissão de trabalhadores e trabalhadoras (tempo parcial, "teletrabalho", "trabalho intermitente" sem garantia de remuneração no período de gozo de férias e redução das multas para demissão).

Entendeu o impacto de tudo isso na sua vida? Na vida de todos nós? Liberdade para diminuir salário e aumentar a jornada diária de trabalho, diminuir horário de almoço, trabalhar em local insalubre mesmo que a mulher esteja grávida. Qual o mérito de ter liberdade para isso?

No rompimento da Barragem de Fundão da Samarco/Vale/BHP, em Mariana, não havia nenhum sistema de aviso aos funcionários que trabalhavam na barragem, nem para os moradores da região. A empresa havia reduzido investimentos em segurança. Morreram 13 trabalhadores, além dos sete moradores de Bento Rodrigues e toda a destruição que já conhecemos. Quem vai fiscalizar empresas como a Samarco? Ou as empreiteiras que cometem o crime de trabalho análogo à escravidão? Quem vai interpor entre a trabalhadora grávida e o patrão que não reconhece o seu direito a

maternidade?

A Justiça do Trabalho e os sindicatos são essenciais nestas relações! A quem interessa o enfraquecimento deles?

Em 2016, sem nenhum debate com a sociedade, o Congresso Nacional reduziu em 50% o orçamento de custeio da Justiça do Trabalho para que o trabalhador encontrasse menos condições de recorrer na defesa dos seus direitos. Com quem isso foi debatido? A livre negociação pode ser muito boa para o patrão, que "modernizará" as relações de trabalho à exemplo do que a Samarco fez. Mas, alguém perguntou para o trabalhador e para a trabalhadora? Até agora só estou vendo os patrões, os deputados que votaram a favor, os comentaristas de TV e rádio bem remunerados defendendo a reforma. Alguém escutou quem de fato essa reforma vai atingir? Não.

*Beatriz Cerqueira é presidenta da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT MG e do SindUTE MG

<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/03/e-preciso-falar-sobre-a-reforma-trabalhista/>

Leia também:

Reforma trabalhista do agronegócio pode provocar violência e caos no campo

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/03/reforma-trabalhista-agronegocio-pode-provocar-violencia-e-caos-no-campo/>

Tá confuso? Veja um resumo de direitos que você pode perder em breve

<http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/05/03/ta-confuso-veja-um-resumo-de-direitos-que-voce-pode-perder-em-breve/>

Lobistas de bancos, indústrias e transportes estão por trás das emendas da Reforma Trabalhista

<https://theintercept.com/2017/04/26/lobistas-de-bancos-industrias-e-transportes-que-esta-por-tras-das-emendas-da-reforma-trabalhista/>



Senado abre consulta pública

Acesse

<https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacao materia?id=129049> e dê sua opinião sobre a Reforma Trabalhista.

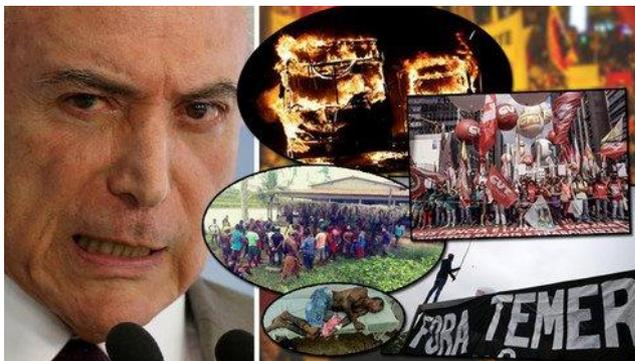
Compartilhe com os seus amigos!



Análise

O avanço do desastre e o imperativo da resistência

Tereza Cruvinel



Há momentos em que as notícias do grande desastre chegam fragmentadas e achamos que ele pode não ser tão grande. Que estamos exagerando, cedendo ao pessimismo. Há momentos, como netas últimas horas, em que os desastres chegam aos borbotões e não deixam dúvidas sobre o quanto o Brasil está sendo jogado para trás, explicitando a velocidade com que estamos sendo empurrados para o passado, num despojamento contínuo de conquistas civilizatórias, soberania, direitos e respeito devidos numa sociedade que se quer minimamente democrática e humanista. A vertigem trazida pela percepção do desastre só deixa duas escolhas: entregar-se ou resistir.

Alguém dirá que a palavra resistência é inadequada a isso que o Brasil vive sob Temer. Que historicamente ela define o conjunto de ações do grupo e indivíduos que, em diferentes momentos da história do mundo, opuseram-se a ditaduras, tiranias e totalitarismos. Resistência houve à dominação dos mongóis sanguinários de Gengis Khan e às ditaduras sul-americanas, passando pelo nazi-fascismo e pelo Apartheid. Mas é exatamente a natureza singular da tirania Temer que torna a resistência necessária e ao mesmo tempo mais difícil, mais complexa. Aparentemente as instituições funcionam, ainda não viramos uma ditadura completa, mas o governo está rompido com a população. Vangloria-se de ser impopular para tomar medidas amargas, sintonizado com as elites financeiras locais e globais. Quando reunidas, as notícias mais recentes do retrocesso não deixam dúvidas de que ele se aprofunda e se agrava. O Brasil é um carrossel desgovernado dentro de um túnel, no final do qual há um buraco negro. Nele mergulharemos se nada for feito. Nas últimas horas, sem falar no fracasso econômico, no desemprego e no desmonte do Estado, a rota da involução trouxe fatos graves que as mídias grandes minimizaram. Ou relevaram.

1) A resistência possível realizou uma greve geral na sexta-feira, 28, contra as reformas trabalhista e previdenciária. A mídia a tratou com desdém, o governo com falsa indiferença. Dela restam agora três presos políticos, militantes do MTST. Agravante. Guilherme Boulos, líder do movimento, denuncia que a juíza responsável pela prisão é frequentadora de atos promovidos pelo MBL e Vem Prá Rua, organizações que lideraram protestos a favor do golpe/do impeachment.

2) Apesar da greve, dos protestos no Primeiro de Maio, de ser aprovado por apenas 4% da população, e de 85% pedirem sua saída e a realização de eleições presidenciais diretas, Temer segue implementando uma agenda que não passou pelas urnas. A greve inibiu alguns parlamentares governistas, que querem adiar a votação da reforma previdenciária na comissão especial. Temer, porém, exige que ela ocorra amanhã. Hoje, demitiu de seus cargos pessoas indicadas pelos que votaram contra a reforma trabalhista. O Congresso foi reduzido a um mero rolo compressor do governo em favor de sua agenda.

3) Diante do desmonte da Funai e dos seguidos sinais de descaço do governo para com os índios, eles foram duramente reprimidos na porta do Congresso na semana passada. E no sábado, jagunços de fazendeiros invadiram a aldeia do povo Gamela, no Maranhã. São 13 os feridos, sendo que dois tiveram as mãos decepadas. Quando os de cima flertam com a barbárie, ela acontece.

4) Radicalizando com a precarização do trabalho contida na reforma aprovada pela Câmara, o PSDB, que conserva no nome a etiqueta de social-democrata, através de seu deputado Nilson Leitão propõe agora a volta ao feudalismo no campo. Os trabalhadores poderão ser pagos não só em dinheiro, mas também com moradia, produtos alimentícios ou de outros gêneros. E poderão trabalhar até 12 horas por dia, com intermitências fixadas pelo patrão. Este escambo, sabemos ao que leva: ao trabalho análogo ao escravo, em que o trabalhador estará sempre devendo no balcão da fazenda, não podendo nunca ir embora.

5) Vamos para outra frente, a do Estado de Direito. Justamente no dia em que o STF deveria julgar o pedido de Habeas Corpus de um preso da Lava Jato (não importa que ele se chame José Dirceu ou tenha outro nome), o Ministério Público apresenta nova denúncia contra ele para evitar o relaxamento da prisão preventiva já por demais alongada. Condenado, Dirceu não teve seus recursos julgados pela segunda instância. Quando assim age, o Ministério Público manipula o sistema jurídico para a satisfação de convicções e desejos. Abusa do poder e cruza a linha do Estado de Direito.

6) Voltemos à população e a seus sentimentos diante do desastre. Segundo o mesmo Datafolha, nunca houve tantos brasileiros com vergonha do país que têm: são 34%, o maior índice já obtido pela série. Os que sentem mais orgulho que vergonha são 63%, o indicador mais baixo da série.

7) No Rio, a violência explodiu novamente nesta madrugada, com incêndios de ônibus, engarrafamentos e caos urbano. A crise acirra as disputas territoriais entre grupos de traficantes e a população paga o pato.

A marcha para trás, entretanto, não é apresentada como tal pelas grandes grupos de mídia, onde não há mais contraditório ao pensamento hegemônico. As reformas são “modernizantes” e o governo é “reformador”. Temer já disse não ter cometido um só erro, pelo contrário, acha que só tomou medidas “corretas e corajosas”. O povo é que deve ser estúpido quando não lhe reconhece estes méritos, quando 91% dizem achar que o país está no rumo errado. Mas, embora 85% queiram eleições diretas e não queiram este governo, a resistência que se faz nas ruas ainda não expressa esta formidável maioria. E por isso eles seguem impondo a agenda e aumentando a velocidade do trem do retrocesso.

Enquanto isso, uma parte do Brasil distrai-se com uma suposta polarização entre “petralhas” e “coxinhas”, ou entre petistas e não-petistas, como se o fato de discordar do que está sendo feito significasse alinhamento com o PT. Aliás, isso começou bem lá atrás, quando qualquer um, inclusive na mídia, que não se filiasse ao antipetismo era carimbado como petista. A estratégia de dividir o país deu certo e facilitou o golpe e a imposição da agenda da regressão, que atingirá a todos. Por isso, na direita, alguns dos mais lúcidos já corrigem o discurso.

Há neste momento um descompasso entre sentimento e resistência. É preciso aprender a resistir, seja marchando nas ruas ou conversando com o vizinho.

Eu pensava nisso quando caiu-me nas mãos “A resistência”, o livro esplêndido de Julián Fucs, que remonta a outros tempo e a outra ditadura, a da Argentina. Mas no capítulo 26 ele fala com tanta precisão e beleza sobre esta angústia diante da necessidade e da dificuldade em resistir, em qualquer tempo a qualquer tipo de tirania que resolvo aqui compartilhar um trecho.

“É preciso aprender a resistir. Nem ir, nem ficar. Aprender a resistir”. E adiante. “Resistir: quanto em resistir é aceitar impávido a desgraça, transigir com a destruição cotidiana, tolerar a ruína dos próximos? Resistir será aguentar em pé a queda dos outros, e até quando, até que as pernas próprias desabem? Resistir será lutar apesar da óbvia derrota, gritar apesar da rouquidão da voz, agir apesar da rouquidão da vontade. É preciso aprender a resistir, mas resistir nunca será se entregar a uma sorte já lançada, nunca será se curvar a um futuro inevitável. Quanto do aprender a resistir não será aprender a perguntar-se?”

Perguntemos, pois, por quê, para quê e para quem tanto mal está sendo feito ao Brasil neste momento.

<http://www.brasil247.com/author/Tereza+Cruvinel>

Presença de sindicatos busca 'patamar civilizatório' e democracia

Dieese destaca importância histórica para fixação de melhores condições de trabalho e avanços legais.

Paulo Pinto / APT



Em tempos de "reforma" trabalhista e ameaças à organização sindical, o Dieese divulgou nota técnica na qual enfatiza a importância das entidades de trabalhadores na busca de melhores condições de vida, "novos patamares civilizatórios" e na consolidação da democracia no Brasil. O documento destaca que, historicamente, ainda no século 19, os sindicatos se originam de uma reação a precárias condições de trabalho.

Nos principais países industrializados, as entidades conseguiram reconhecimento institucional a partir do final daquele século. "Desde então, (os sindicatos) têm exercido papel fundamental na organização da classe trabalhadora para a luta por uma sociedade justa e democrática, pressionando pela ampliação dos limites dos direitos individuais e coletivos ainda hoje estreitos em muitos países, entre os quais o Brasil", diz o Dieese, que também é resultado da organização dos trabalhadores – foi criado em 1955, a partir da desconfiança com os índices oficiais de inflação e pela necessidade de contar com um instituto confiável de assessoria técnica.

Um dos marcos do reconhecimento das organizações sindicais, aponta o Dieese, ocorreu com o surgimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT), após a criação da Liga das Nações, em 1919. "Nos documentos e convenções da OIT, são reconhecidos os direitos de sindicalização, de negociação coletiva e de greve, instrumentos de afirmação dos interesses dos trabalhadores e do poder sindical." O Dieese também cita o Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovado em 1948 pelas Nações Unidas: "Toda pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

O instituto destaca ainda como resultado de uma ação organizada avanços sociais como a redução da jornada de trabalho – de até 16 horas diárias, no século 18, "para as atuais 8 horas ou menos, na maioria dos países". Aqui, discute-se aumento de jornada.

No Brasil, acrescenta o instituto, a atuação dos sindicatos nos comitês pró-participação popular da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, "contribuiu decisivamente" para que a Carta promulgada naquele ano reservasse o Artigo 7º aos direitos dos trabalhadores, reconhecidos como fundamentais. São 34 incisos.

A nota aponta fortalecimento da negociação coletiva. De 2007 até fevereiro deste ano, foram registrados pelo Ministério do Trabalho aproximadamente 56 mil convenções e 308 mil acordos coletivos, firmados por 65% dos sindicatos registrados no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), ou 6.007 das 9.202 entidades de trabalhadores no setor privado). São itens dos mais diversos, como salários, adicionais, modalidades de contratação, condições de trabalho, jornada, saúde e segurança e relações sindicais.

Mas, muitas vezes, há dificuldade para implementação do direito conquistado. "A falta de fiscalização, por negligência do poder público ou insuficiência de fiscais para atender todo o território nacional, faz com que o cumprimento da lei e dos Acordos ou Convenções Coletivas nem sempre seja observado", diz o Dieese.

O instituto ressalta também a presença de entidades sindicais em temas nacionais, como a obtenção da política de valorização dos salário mínimo, a partir de uma campanha desencadeada pelas centrais. "Estima-se que 47 milhões de pessoas têm rendimentos – salários ou benefícios previdenciários e assistenciais – referenciados no salário mínimo, o que mostra sua capacidade de dinamizar o mercado interno de consumo e estimular a economia." O Dieese lembra ainda a participação de entidades de trabalhos em conselhos de políticas públicas e de gestão de fundos públicos (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e Conselho Curador do FGTS).

O movimento sindical também participou de ações como as mesas para aperfeiçoamento das condições de trabalho nos setores da construção civil e da cana de açúcar. Em ambos os casos, foram firmados compromissos nacionais.

De acordo com CNES, existiam no ano passado 11.698 entidades de trabalhadores, sendo 8.755 urbanos (74,8%) e 2.943 rurais (25,2%). O Dieese lembra que, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho, aproximadamente 50 milhões de trabalhadores são representados por essas entidades.

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/05/presenca-de-sindicatos-busca-patamar-civilizatorio-e-democracia>

Outras leituras:

Fim da contribuição sindical tem apoio patronal. Por quê?

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26998:apoio-patronal-ao-carater-facultativo-da-contribuicao-sindical&catid=45:agencia-diap&Itemid=204

O desmonte parcial do corporativismo

http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26997:o-desmonte-parcial-do-corporativismo&catid=46:artigos&Itemid=207



Acontecendo



Em Curitiba - 10 de maio

INSCRIÇÕES ABERTAS
WWW.DOITY.COM.BR/3ENDC

3º ENDC
Encontro Nacional pelo
Direito à Comunicação
Brasília - 26 a 28 de maio
20ª
REUNIÃO NACIONAL
DO FNDC

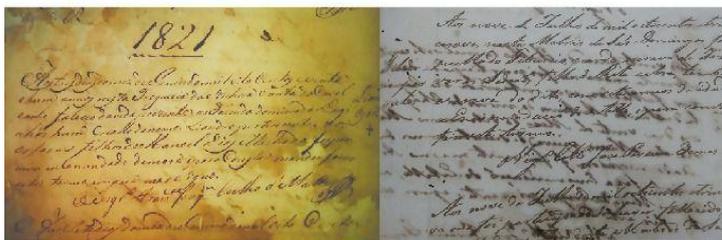
A democracia no Brasil não pode existir sem a efetiva democratização dos meios de comunicação. É a partir desse pressuposto que, desde os anos 1990, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) congrega entidades da sociedade para enfrentar os problemas da área no país. São mais de 500 organizações filiadas, entre associações, sindicatos, movimentos sociais, instituições não-governamentais e coletivos que se articulam para denunciar e combater a grave concentração econômica da mídia no país, a ausência de pluralidade política e de diversidade social e cultural nas fontes de informação, os obstáculos à consolidação de uma comunicação pública e cidadã e as inúmeras violações à liberdade de expressão. Em tempos de avanço do conservadorismo e de ruptura democrática no Brasil, as violações à liberdade de expressão têm se multiplicado, com a repressão de protestos e manifestações em defesa de direitos sociais, censura privada ou judicial de conteúdos na internet e nos meios de comunicação, violência contra comunicadores, etc.

Neste contexto, o FNDC, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) - instituição acadêmica de referência internacional e que tem sua história marcada pela defesa das liberdades democráticas - promoverá, entre os dias 26 e 28 de maio de 2017, o 3º Encontro Nacional do Direto à Comunicação (ENDC), na Universidade de Brasília – UnB, campus Darcy Ribeiro – Brasília/DF

Inscriva-se: <https://www.doity.com.br/3endc#registration>

Convite

A Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e Entorno, do Sindicato dos Bancários de Brasília (CVN/SBB), convida para solenidade de apresentação do Relatório Final à sociedade e entrega do referido documento ao Eduardo Araújo, Presidente da entidade sindical.



11 DE MAIO DE 2017, ÀS 19H
NO TEATRO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA
(SHCS EQ 314/315, Bloco A)

O grupo **Camboatá** abrilhantará o evento com uma performance musical, com poesia e dança, que conta a história de mulheres negras brasileiras, utilizando cantigas de capoeira.

Contamos com a sua presença!

Por favor, confirme pelo e-mail verdadenegra@bancariosdf.com.br ou pelo whatsapp (61) 996987979.

Atenciosamente,

Lucélia Aguiar, Presidente da CVN/SBB
Jefão Meira, Vice-presidente da CVN/SBB



SEMANA DO TRABALHO 2017

A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA

SEGUNDA-FEIRA | 15 DE MAIO

19h - ABERTURA
Sirei Márcia de Oliveira, diretora da Escola DIEESE

19h30 - A MORADIA E O DIREITO À CIDADE: DESAFIOS
Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

TERÇA-FEIRA | 16 DE MAIO

19h - ARTE UTIL: OBSERVAR E ABSORVER
Eduardo Marinho, artista plástico e filósofo das ruas

20h30 - COMUNICAÇÃO COLABORATIVA: COMO FAZER, SE EMPODERAR E MUDAR O RUMO DAS COISAS
Rafael Alberico, Escola de Inovação Coletiva e; Paula Bomfati, Revista Viração

QUARTA-FEIRA | 17 DE MAIO

19h - NARRATIVA DOS 35 ANOS DA COMISSÃO DE FÁBRICA DA FORD ABC

Mario Salerno, professor de Engenharia da USP, Alberto Eulálio (Belia) e João Ferreira Passos (Bogaz), membros da Comissão de Fábrica da Ford ABC e pesquisadores do projeto do livro *A História de Luta dos Trabalhadores na Ford ABC*

QUINTA-FEIRA | 18 DE MAIO

19h - SONHO E CRIAÇÃO: ELEMENTOS EROTICOS DA POLITICA
Tales Ab'Sáber, psicanalista e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae

SEXTA-FEIRA | 19 DE MAIO

19h - SARAU MUSICAL-CULTURAL: A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA, A GENTE QUER FESTA E MUITA ALEGRIA
Encerramento organizado pelos alunos da Escola DIEESE

Data: 15 a 19 de maio
Horário: a partir das 19h
Local: Auditório da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho
Rua Aurora, 957, Centro - São Paulo/SP
(próximo ao Metrô República, saída pela rua do Arouche)



ESCOLA DIEESE
DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

Mais informações
contato@escola@dieese.org.br
(11) 3821-2150 e 3821-2155



Dieese elabora nota técnica sobre importância da organização sindical dos trabalhadores

No Brasil, os sindicatos são atores sociais que reivindicam e organizam a classe trabalhadora no contexto de uma democracia representativa e também participativa, como previsto na Constituição Federal de 1988. Os sindicatos são organizações de representação dos interesses dos sempre desigual e reconhecidamente conflituosa, entre capital e trabalho. Nasceram na primeira metade do século 19 como reação às precárias condições de trabalho e remuneração a que estão submetidos os trabalhadores no capitalismo.

Ao final do século 19, os sindicatos obtiveram reconhecimento institucional nos principais países industrializados. Desde então, têm exercido papel fundamental na organização da classe trabalhadora para a luta por uma sociedade mais justa e democrática, pressionando pela ampliação dos limites dos direitos individuais e coletivos ainda hoje estreitos em muitos países, entre os quais o Brasil.

[Leia íntegra da nota técnica](https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec177ImportanciaSindicatos.pdf)

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec177ImportanciaSindicatos.pdf>

O DIAP retoma a série "Estudos Técnicos", desta vez com o livro **"A Reforma da Previdência do Governo Temer e o Desmonte da Previdência Pública no Brasil"**, de autoria do amigo e conselheiro deste Departamento, Luiz Alberto dos Santos. O livro, "se não for a maior e mais completa contribuição ao debate sobre a reforma da Previdência brasileira, certamente estará entre os mais importantes, dada a precisão, abrangência e profundidade da análise do sistema e de cada um dos regimes previdenciários do País", avalia o presidente do DIAP, professor Celso Napolitano.



Além de descrever o contexto, analisar os dados e informações apresentados pelo governo como fundamento para a reforma, o livro traduz o significado de cada mudança proposta e seu reflexo sobre a vida dos segurados dos regimes geral e próprio", acrescenta Napolitano



IV ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS

4º Encontro Ministério Público e Movimentos Sociais, de 5 a 9 de junho, na sede no Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília.

O evento tem o objetivo de fomentar o debate aberto, transparente e colaborativo sobre a missão constitucional do Ministério Público na efetivação dos direitos fundamentais e será realizado em cinco dias, sempre das 10 às 17 horas.

Programação resumida:

- Dia 5 (segunda-feira) - Direitos da pessoa com deficiência e idosos;
- Dia 6 (terça-feira) - Combate ao racismo, igualdade de gênero, direitos LGBT e Estado laico;
- Dia 7 (quarta-feira) - Gestão democrática nas escolas;
- Dia 8 (quinta-feira) - Direito à saúde;
- Dia 9 (sexta-feira) - Combate à corrupção.

Para participar, pedimos, por gentileza, que preencha o [formulário de inscrição](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSftYxrN6h0YGf-VGZul0YJNCyGHITtodJdzjJQq8ecyga7bwg/viewform?c=0&w=1):

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSftYxrN6h0YGf-VGZul0YJNCyGHITtodJdzjJQq8ecyga7bwg/viewform?c=0&w=1>.

Mais informações no site do CNMP: www.cnmp.mp.br.



BOLETIM INFORMATIVO

EXECUTIVA

Cleiton Silva
Presidente

Sebastião Tavares
Vice-presidente

Sonia Rocha
Secretária-geral

Conceição Costa
Secretaria de Finanças

José Avelino
Secretário de Assuntos Jurídicos

Clever Bonfim
Secretário de Organização do Ramo Financeiro

Jacy Afonso
Secretário de Formação Sindical

Sérgio Trindade
Secretário de Imprensa

Arílson Silva
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Juliano Braga
Secretário de Saúde e Condições de Trabalho

Carlos Longo
Secretário de Política de Igualdade

Neide Rodrigues
Secretária de Bancos Privados

André Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Gomes
Secretário de Política Socioambiental

José Pinheiro
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida
Secretária da Mulher

Edmar Batistela
Secretário da Juventude

Manoel Parreira
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim Informativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 - Bairro Jardim
Aclimação - Cuiabá - MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail: tuxaua@feteccn.com.br

